



Luís Noronha Botelho

Uma nova política de transportes coletivos na Ribeira Grande

“A palavra autarquia tem origem grega e significa “comandar a si mesmo”. É a expressão de governo mais democrático, porque é exercido pelos próprios governados, ou devia ser...”

As funções de um município são as de procurar resolver os principais problemas dos seus munícipes.

O Poder Local é o que está mais próximo das populações, diz-se. A palavra autarquia tem origem grega e significa “comandar a si mesmo”. É a expressão de governo mais democrático, porque é exercido pelos próprios governados, ou devia ser...

Neste contexto, entende-se que aqueles que são eleitos para exercer os cargos em representação dos restantes, transitoriamente, têm a obrigação de exercê-los sempre de acordo com as necessidades prioritárias da sua comunidade.

A mobilidade, atualmente, é uma necessidade básica. Ninguém tem à sua porta, ou passando à sua porta, os bens que necessita para a sua subsistência. Os serviços não ficam todos na sua rua. Os empregos, ou as escolas, exigem que todos se desloquem, muitas vezes vários quilómetros e obriga cada cidadão a depender de um transporte.

A solução não pode ser, unicamente, a do transporte individual. O transporte público tem que oferecer um serviço acessível a todos, sem dependência de terceiros.

No Concelho da Ribeira Grande, a frequência dos transportes não é revista há mais de 60 anos! O Concelho estende-se na zona norte e mais central da ilha, numa extensão superior a 40 quilómetros. Não parece uma distância exagerada, no entanto a acessibilidade por transportes públicos é anacrónica. A lógica continua a ser a da ligação da cada freguesia a Ponta Delgada. A ligação da freguesia mais a leste, Lomba de S. Pedro, até à sede do Concelho, demora 52 minutos e a Ponta Delgada uma hora e 22 minutos! É necessário rever o conceito da ligação entre as várias freguesias entre si e com a área urbana onde se concentram os serviços e o comércio, a cidade da Ribeira Grande. É necessário possibilitar o acesso igualmente para usufruir dos espaços

de lazer e bem-estar que existem em todas as freguesias, aos habitantes locais e aos visitantes.

O conjunto das freguesias da cidade da Ribeira Grande e a vila de Rabo de Peixe é uma área urbana com cerca de 20 mil habitantes, justificando plenamente uma rede circular de transporte urbano, ligando as seis freguesias entre si. A criação do chamado “minibus” e a revisão do serviço de transporte para as freguesias mais afastadas é uma proposta da candidata do PS à Câmara Municipal, Lurdes Alfinete.

Não é compreensível que o candidato do PSD, Alexandre Gaudêncio, questione “mas como, mas como?”, justificando-se que não conhece nenhum programa comunitário que “sustente” esta proposta.

Uma autarquia não tem como função, única, procurar os apoios comunitários que possam transferir parte das verbas para realizar obras não prioritárias, ou mesmo desnecessárias, ou ainda pior, que sejam prejudiciais para a defesa do nosso património natural, ou que destruam o património construído e descaracterizadoras das tradições históricas. São numerosos os casos recentes e os anúncios (ameaças) que o comprovam.

A autarquia tem o seu orçamento próprio para usar no que for benéfico para as suas populações e não para destruir e voltar a construir o que receber subsídios da União Europeia!

A Ribeira Grande não pode ficar dependente de quem se limite a consultar as possibilidades de receber parte de verbas comunitárias para realizar obras inúteis para todos, excetuando aqueles que as executam.

A Ribeira Grande, a sua população, precisa de maior qualidade de vida, de melhorar o seu bem-estar, de satisfazer as suas necessidades básicas. A mobilidade, um novo serviço de transportes acessíveis a todos é uma necessidade urgente!

